

Ressalta a importância de que a reforma não seja incompleta, nem feita de forma autoritária. Espera que a comunidade acadêmica receba como fruto do desejo de não perder a oportunidade que a história lhe ofereceu: ser a geração que reinventará a universidade brasileira. E acima de tudo, que a juventude universitária entenda que, para ela, a reforma é uma chance histórica e pessoal.

O Senador Cristovam em sua fala descortina um Brasil de reformas incompletas. Assim procedeu a independência, a abolição, a república, o império e a democracia.

Reforma universitária - compromisso social*

*Cristovam Buarque ***

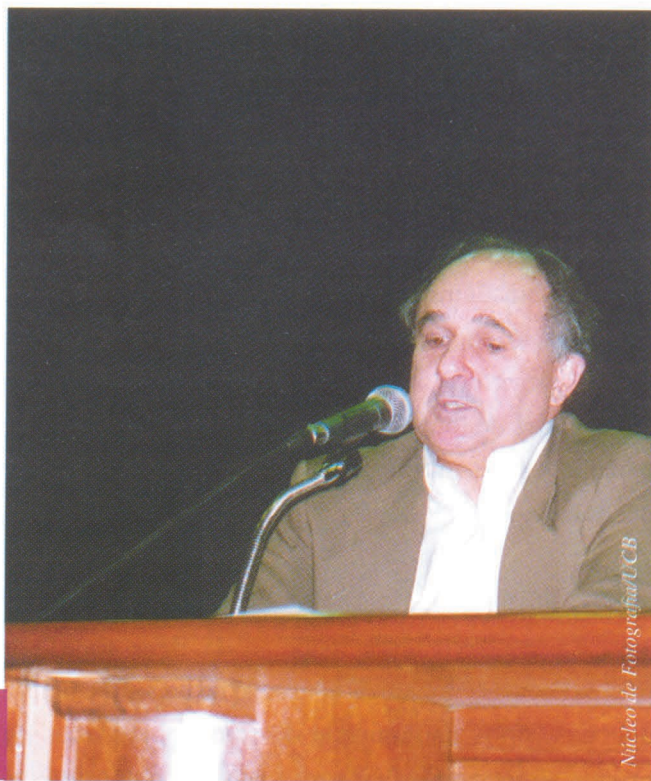
“ O Brasil é um país incompleto. A independência é um exemplo. Enquanto nos outros países da América Latina, ao ficarem independentes, elegiam-se presidentes entre seus pares, o Brasil ficou subordinado a um imperador, filho do rei da Metrópole, da qual queríamos ser independentes. A república se apresenta também de forma incompleta; foram necessários 70 anos para o seu acontecimento . Numa

*Senador Cristovam
Buarque*

república completa, professores e alunos de uma universidade não ignorariam um seu funcionário, que se travestindo de gari sentiu-se invisível, pois ninguém falou com ele, conforme ocorrido em São Paulo. No Império, a aristocracia não via a plebe; no Brasil a elite não vê o povo, inventando até outro nome para ele – povão.

A maneira mais explícita de que a república não é completa deve-se ao fato de uma minoria receber educação, estudando por 20 anos ou mais, a um custo total de duzentos e cinquenta mil reais e a maioria receber uma educação, por apenas quatro anos em média, a um custo total de três mil reais.

Fez-se a abolição da escravatura e, no entanto, nesta platéia quase não há negros. Vê-se muitos negros em formação de alfabetização de adultos e quase nenhum branco. Na escravidão era proibido colocar o filho do escravo na escola; este era obrigado a trabalhar e comia o que sobrava da Casa Grande. Com a abolição foi permitido o ingresso do negro, contudo sua inclusão está longe de se universalizar. Ele ficou desempregado, passa fome e a abolição lhe



Núcleo de Fotografia UCB

* Palestra Proferida na VI Semana Universitária da UCB, no dia 22/09/2004

** Senador da República, ex-Ministro da Educação e ex-governador do DF

concedeu a passagem da senzala para a favela.

A democracia igualmente ocorreu incompleta. Em 1985, elegeu-se presidente, governador e quase nada mudou em prol do povo. Este é um país de reformas incompletas, por isso o receio que se caminhe para mais uma – a reforma da universidade, limitando-se apenas ao seu financiamento, ou seja, mais dinheiro para as instituições públicas e mais bolsas para as privadas...”

Para Buarque, em plena era contemporânea, a universidade encontra-se na mesma condição dos conventos – guardiões milenares do conhecimento – cujas exigências do seu tempo os defasaram:

“...Para se entender a reforma da universidade é preciso saber porque esta instituição surgiu e para que ela existe. A universidade data de apenas mil anos. A Igreja Católica e os conventos surgiram duas vezes antes dela e instituições sociais como casamento, a família, o exército também são mais antigos.

Até então, os conventos medievais eram os que abrigavam o conhecimento, definiam dogmas e isto bastava. A rua começou a criar pensamentos, técnicas, filosofias novas e contestações. Com isso, os conventos deixaram de ser os instrumentos que atendiam à ânsias e necessidades do conhecimento, uma vez que não formavam pessoas para entender e explicar essas novas demandas. Por essa incapacidade, pensou-se noutro lugar, diferente deles, onde houvesse pensamentos que florescessem e respondessem às inquietações daquela sociedade.

Passados, pois, mil anos, vemos uma universidade vivendo a mesma problemática. Ela não entende, logo não acompanha a infinidade de conhecimentos que surgem fora dela, principalmente, nas áreas das ciências de ponta. Daí o surgimento de institutos novos, além-campus. Bill Gates não cursou a universidade, no entanto revolucionou a informática, a partir da garagem da residência paterna. Hoje, grande parte do conhecimento surge fora da universidade porque a produção desta não atende as necessidades do povo. Existem 70 faculdades de medicina no país, incapazes de resolver os problemas da saúde pública e isto precisa ser reformado.

As indústrias, atualmente, inventam mais na área de medicina e na velocidade devida, do que as universidades e faculdades. Da mesma forma, existem faculdades fora

da universidade que são mais dinâmicas. Urgente se torna que ela seja capaz de produzir na velocidade que o conhecimento avança, no mundo. Isto, porém, não quer dizer que todos terão ingresso garantido...”

A reforma universitária, segundo o palestrante, deve partir da revisão do papel que a universidade necessita ter. Não se pode restringi-lo à promoção social do aluno, tirando alguns da pobreza. A luta é pela criação de uma massa crítica de profissionais e intelectuais, que promova um desenvolvimento justo, equilibrado e sustentável, ajudando o Brasil a completar a sua abolição, destacar sua revolução e consolidar a sua democracia. A reforma, pois, deve fazer com que os formados, filhos de ricos ou de pobres, trabalhem para o povo; além do sucesso pessoal a que têm direito:.

“...O grande equívoco é achar que atender o povo é colocar o seu filho na universidade. Rico ou pobre, o importante é que quem nela se formar sirva ao filho do povo. E para que isso aconteça é preciso entender a razão da universidade. Pensar que esta tem apenas o papel social é um engano. Um jogador não atua só pela vitória de seu time, mas também para ter o seu sucesso como profissional. A universidade existe para desenvolver o sucesso pessoal/individual dos seus alunos. A sua reforma deve ser o caminho para três sucessos pessoais de seus membros:

- A realização de uma vocação profissional,
- a melhoria de sua remuneração
- o reconhecimento público”

E ele questiona - como construir estes pilares? A universidade brasileira passa a impressão de que desconhece as mudanças que ocorrem no mundo, nos últimos 30 anos. É preciso um compromisso, sem o qual não há contribuição à humanidade - o de lhe oferecer o produto do seu ex-aluno, graças à formação recebida. Para tanto, ela deve contemplar cinco objetivos: qualidade, compromisso, criatividade, flexibilidade e adaptabilidade:

Qualidade: compromisso com o saber

“...A universidade perdeu, nos últimos 30 anos, a capacidade de oferecer a qualidade de ponta. Ficamos para trás como instrumento de geração do saber novo. Exemplo disto é a criação das chamadas universidades

corporativas (do Banco do Brasil, dos Correios, McDonald's), porque dão respostas melhores ao mercado, produzindo mão-de-obra mais aprimorada para aquilo que é preciso. A universidade precisa fazer isto também pois o mercado faz parte da realidade.

O que se considera novo hoje, no conhecimento, não se realiza num departamento isolado e sim quando os misturam. Não se pensa, atualmente, sobre o cérebro humano somente na Medicina, Filosofia e Engenharia; há que se envolver todas essas áreas. Grande parte do saber é multidisciplinar. A qualidade do que se produz hoje na universidade, quando o aluno conclui o curso, está superada. A velocidade de como o pensamento é criado precisa ser recuperada. Não só o conhecimento avança mais rápido, mas as profissões e categorias também mudam, ficam obsoletas e se completam entre si. A universidade, no entanto, não tem sabido ajustar-se a essa dinâmica...”

Compromisso com a realidade

“...Não temos o compromisso com a transformação da realidade, com o mundo que nos cerca; ficamos apenas no lado individual e pouco. Se o compromisso com o sucesso pessoal fosse pleno, o aluno não permitiria que boa parte dos professores continuasse ministrando aulas, uma vez que não se acomodaria diante daqueles que não são radicais na sua formação e em nível de exigência. O aluno comemora a ausência do professor, numa explícita falta de compromisso consigo próprio e com a sociedade. E as consequências serão: a não realização da vocação, o não reconhecimento público e a não melhoria da remuneração, pois a concorrência é grande. Perdemos a capacidade de comprometermos conosco próprios e com a realidade...”

Criatividade

“...A universidade ainda mantém o paradigma bem firmado de que, se você aprende bem o que o professor ensina será bom profissional. Isso é um engano. Ao sair da universidade, o aluno deverá adaptar com criatividade às coisas que avançam. Quem, por exemplo, formou-se em jornalismo há dez anos não ouviu falar em *blog*, imprensa eletrônica. Expressão esta até contraditória; é que ainda não se inventou um nome novo para *Imprensa*

e a técnica é mais veloz que o vocabulário. Insistir na *decoreba*, repetir somente o que o professor fala, que muitas vezes já está superado, é um engodo...”

Adaptabilidade

“..Criatividade, apenas, não será suficiente. Será preciso também adaptar-se à realidade, sobretudo às outras áreas do conhecimento. Ao sair da sua formação, o estudante terá que adaptar seu mundo profissional e para que isso aconteça serão necessários a qualidade, a criatividade e o compromisso...”

Flexibilidade

“...A universidade tem sido rígida no conteúdo, no número de horas aulas, no tempo de formação, nas exigências de presença e não percebe que os meios de formação mudaram e ela precisa ser flexível para captar essa nova realidade. Ser flexível a mudanças, ajustes e atualizações constantes na carreira, pois, ela não é permanente. Se isso não for possível, o estudante não terá sucesso pessoal e capacidade de influir na transformação do mundo...”

Mas como conseguir tudo isso? O ponto de partida da reforma universitária, depois da definição das finalidades, é precisar o conceito de interesse predominantemente público e predominantemente privado na universidade e no curso. A sociedade precisa de todos os cursos e especialidades, inclusive daqueles que visam apenas o sucesso pessoal; proibir qualquer tipo de curso é um gesto autoritário e obscurantista. Salvo nos casos em que o curso visa ao ensino de atividades contrárias ao interesse social e, relativamente, nos momentos de escassez de recursos - quando uma sociedade não deve retirar recursos públicos de cursos de interesse social para financiar cursos de interesse privado:

“...O que se falou até aqui foi uma abordagem filosófica. Entraremos no concreto, ou seja, o que se gostaria de ver numa reforma universitária. Há, no entanto, um ponto intermediário entre o filosófico e o concreto – as definições dos conceitos de universidade. Por exemplo, o que é público e o que é privado. Existe universidade que é estatal mas não é pública; cursos de universidades estatais que não são públicos. E existem cursos nas universidades privadas que são públicos.

Público é aquilo que serve ao povo, ao país, ao

futuro e a universidade não tem atentado para isso. Quantos cursos de arquitetura das estatais ensinam seus alunos a resolver o problema da habitação popular? Eles ensinam a construir shoppings, palácios e bancos. Logo, são estatais e gratuitos, mas não são públicos. E quantas pessoas estudam nas universidades privadas para serem professores de História? Este professor, do ensino médio, terá um desempenho público porque a Educação Básica, até mesmo na rede privada, é do interesse público.

É necessário diferenciar quem é aluno de um curso com compromisso público, daquele de um curso de compromisso privado. Independente de quem seja o dono da universidade; seja uma mantenedora católica, por exemplo, ou o do governo estadual/federal.

Certos cursos em universidades federais não devem ser gratuitos e certos cursos, nas universidades privadas, devem ser gratuitos. O governo arcaria com a despesa do aluno, desde que o curso oferecido seja de interesse público. Os cursos que só atendem à realização pessoal, os alunos devem pagar. Só é público se for gratuito, mas só merece ser gratuito se for público. Se o curso for do interesse privado, não tem que ser gratuito. Existem

cursos de mestrado nas universidades estatais, em Direito Tributário, que ensinam às grandes empresas como não pagar imposto. Estes cursos não são públicos.

Portanto, a reforma universitária deverá, conceitualmente, dizer o que é público e o que não é. O público, o governo é que terá que pagar porque o Brasil precisa. O que não for público, cada um que pague. Aqueles cursos, que visam apenas a realização pessoal, devem ser arcados também pelo governo, desde que haja recursos. O Brasil é carente de médicos. Que se pague os estudos dos alunos, na condição de eles servirem ao sistema público, após formados...”

Ao falar em mudanças mais concretas, o senador prevê necessidades de reformas mais profundas. Com raras e importantes exceções, a universidade brasileira, com sua estrutura criada pela reforma de 1968, é uma instituição alienada, com pouco impacto sobre a realidade social. Houve revolução científica e tecnológica nos costumes e nos meios de comunicação que servem à educação; mas ela continua com métodos muito semelhantes aos que usa desde o começo do século XX, baseados na presença do professor e do aluno em sala de aula:



Estrutura

“.. O mundo mudou completamente do ponto de vista intelectual, mas continua com as mesmas profissões do século XIX: médico, engenheiro, advogado, professor. Não dá mais para colocar estas pessoas nessas profissões; no entanto, a solução não é eliminá-las. Todo aluno deverá manter sua própria profissão, aliada a uma preocupação multidisciplinar - uma universidade multidisciplinar, onde convivam os departamentos e os núcleos temáticos.

Essa experiência foi feita na UnB, em 1986, entretanto apenas uma minoria compartilha dessa mudança. A maioria ignora os núcleos temáticos. Da mesma forma ocorreu a criação do CDS (Centro de Desenvolvimento Sustentável), cuja sede é no Setor de Autarquias Sul. Ele foi tão pouco aceito, que não pôde ser instalado no Campus. São demonstrações de resistência à idéia de multidisciplinaridade.

Quem não estiver inserido nos núcleos temáticos, dialogando com as demais linguagens profissionais não será um bom profissional do futuro e tampouco conseguiremos dar o salto necessário. Num mundo em transformação e com pensamento em rápida evolução, a estrutura que aí está não é suficiente. A universidade linear dos departamentos deve se transformar em uma universidade tridimensional:

- 1) Departamento: garante a qualidade profissional em sua área do conhecimento;
- 2) Núcleo temático: instância onde os diferentes profissionais se organizam de forma multidisciplinar, para o estudo de temas da realidade;
- 3) núcleo cultural: instância onde profissionais dos departamentos e núcleos temáticos pratiquem atividades estéticas e lúdicas, desenvolvendo a sensibilidade, o humanismo necessário a um tempo de grandes mudanças.

Essa universidade deve estar ligada ao mundo por meio das atividades de extensão; caso contrário não estará em condições de oferecer aos seus alunos o compromisso, a criatividade, a adaptabilidade de que precisam para ter sucesso pessoal e ser agentes de transformação social. Todo aluno universitário deveria ser um alfabetizador - não com o objetivo de erradicar o

analfabetismo, mas para sua própria formação humana e convívio com a realidade...”

Avaliação

“...Não há universidade sem avaliação. Ela tem que ser avaliada muito mais que as outras instituições nos quesitos compromisso, qualidade, criatividade, flexibilidade e adaptabilidade, abrangendo todos os seus segmentos: o aluno, por meio do “provão”; o professor, quanto a sua produção e nota atribuída pelo aluno. A universidade que não tem uma avaliação externa e só se auto-avalia, não pode ser considerada uma boa instituição, logo, não terá competência para promover a realização pessoal e a transformação da sociedade...”

Conteúdo

“...Hoje, o conteúdo que não se adapta constantemente à evolução, no próprio campo do conhecimento, perde toda eficiência como instrumento de formação de novos profissionais. Conteúdos que comprometam a universidade com a realidade, pois esta muda rápido e sempre. Os conteúdos dos cursos de Medicina e Economia são distantes da realidade do povo, principalmente da parcela excluída. A economia é estudada como cinética, sem sentimento. Os cursos de Economia não têm mais disciplinas sociais, de planejamento e de realidade brasileira. São basicamente formações matemáticas com desenho-padrão importado, que desconsidera realidades nacionais, valores éticos, luta contra a pobreza e respeito ao meio ambiente...”

Duração dos Cursos

“...Poucas coisas mostram mais claramente o desajuste da universidade com a evolução do mundo, do que o fato de os cursos universitários manterem a mesma duração para a formação de há décadas ou séculos. Não é possível que os cursos durem o mesmo tempo que duravam em 1900. Por que cinco anos para formar um engenheiro civil? Nada justifica que, com o uso de computadores, os cursos de engenharia durem os mesmos cinco anos do tempo da régua de cálculo e calculadoras manuais. A desculpa de que, menos tempo, saturaria o mercado é corporativa e não acadêmica.

Para cumprir sua função social, a universidade deve

considerar a demanda da sociedade por profissionais. O Brasil precisa de 400.000 professores para o ensino médio. É inadmissível que a universidade testemunhe essa necessidade, mantendo mesmo assim os mesmos quatro anos de formação para licenciatura. Não podemos ficar prisioneiros da tradição, quanto à sua duração. Melhor seria reduzir o tempo até a diplomação, mas exigir que o aluno continue estudando e recebendo novos diplomas, conforme vai ampliando e reciclando o conhecimento adquirido.

O diploma tem que perder a característica de permanente. A sabedoria, hoje, é como remédio; possui prazo de validade. Ao fazer a reforma, a universidade deve criar o conceito de aluno permanente pois este precisa permanecer ligado a ela, seja por um código eletrônico, seja por um grupo de professores exclusivos para lhes dar respostas ou, por meio de uma bibliografia anual, indicando quais os livros estudados que estão em desuso. Ela precisa abolir o conceito de ex-aluno; o único lugar que se pode colocar esta expressão é na lápide, ao contrário, o aluno deixa de ser um profissional completo.

O tempo do curso não é, necessariamente, igual para todos. Existem alunos mais rápidos, para que segurá-los? Só se for para pagar mais mensalidade e isto é interesse financeiro e não acadêmico. Por outro lado, por que o aluno mais lento é obrigado a sair antes do seu tempo? Os alunos dos próximos anos devem ter cada vez mais liberdade para optar por cursos à distância. Neste momento de constante avanço dos instrumentos da teleinformática, a reforma universitária será uma farsa se não levar em conta induzir, propiciar e criar instrumentos para esta modalidade de ensino...”

Métodos de Ingresso

“...Poucas coisas revelam mais o conservadorismo da universidade, sua dificuldade em avançar, do que a manutenção do vestibular inventado há mais de cinquenta anos, como forma de ingresso de alunos.

O PAS (Programa de Avaliação Seriada) já foi um grande avanço, criado e implantado pela UnB, a partir do questionamento – por que fazer vestibular, quando se pode selecionar o aluno, ainda no ensino médio? Contudo, o PAS ainda baseia a seleção na capacidade do aluno em reter os ensinamentos recebidos no ensino

médio. Não investiga a criatividade e capacidade de adquirir novos conhecimentos na universidade e de se adaptar às novas exigências.

Quanto às cotas, devem existir, não como assunto da reforma universitária. A dos negros, por exemplo, é pela vergonha de se ter um país de origem africana e ter uma elite européia, pela cor da pele. Para a escola pública, seria como meio de prestigiá-la, trazendo os filhos das classes média e alta de volta. É fato – onde estas se encontram há melhora, pois têm o poder de intervenção, junto ao governo. Equivocado é dizer que a qualidade da universidade diminuiu com o sistema de cotas. O ingresso nada tem a ver com desempenho acadêmico. A defesa das cotas é, pois, uma questão de dignidade nacional...”

Ao finalizar, o ex-ministro da educação adverte que o Brasil precisa levar adiante suas reformas, de maneira a completar o que a história está devendo ao povo. Tão importante quanto fazer a reforma universitária é debatê-la:

“...Com isso tudo, acredita-se numa universidade mais profunda: que muda o ingresso, a duração dos cursos, a permanência da ligação com o aluno, o conteúdo, o sistema de avaliação, a estrutura, além do financiamento. Para aquilo que é público não pode faltar dinheiro; para o que for de interesse privado, mesmo nas universidades do Estado, só quando tiver recurso sobrando.

A última reforma universitária foi em 1968. Muito já mudou no mundo e no Brasil – costumes, informática, democracia – e a universidade continua, basicamente, com a mesma estrutura. Portanto, não aceitem uma reforma incompleta da universidade, permitindo que ela seja igual à da Independência, da Abolição e da República. É hora de mudar e as autoridades governamentais têm a obrigação de fazê-la, profundamente, para o bem do Brasil. Não temam ousar imaginar uma nova universidade, nem enfrentar o desafio intelectual e político de exigir condições para implantar a reforma que surgir do debate. Participem com a rebeldia, própria dos estudantes, para que ela não venha de cima para baixo.”